



Relatório da Administração

Ano 2011

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

Rua Agulhas Negras 85, Montese
Resende- RJ CEP 27.541-040
CNPJ 31.465.487/0001-01
Inscrição Estadual 85.512.854
www.ceres.coop.br
presidência@ceres.coop.br

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
CARTA DO PRESIDENTE	5
CENÁRIO	6
DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	7
GESTÃO	11
PERMISSIONÁRIA EM NÚMEROS.....	13
AGRADECIMENTOS	14
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	15
Demonstrações Contábeis Regulatórias.....	16
Demonstração do Balanço Patrimonial.....	29
Demonstração do Resultado	30
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	33
Demonstração do Balanço Social - 2011 e 2010	35
Demonstração do Valor Adicionado.....	38
Demonstração do Fluxo de Caixa	40
NOTAS EXPLICATIVAS	42
1 Contexto Operacional.....	42
2 Das Permissões	42
3 Apresentação das Demonstrações Contábeis	42
4 Principais Práticas Contábeis	43
5 Aplicações no Mercado Aberto, Títulos e Valores Mobiliários.....	44
6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	45
7 Conta de Resultado a Compensar CRC	46
8 Outros Créditos.....	46
9 Investimentos	46
10 Imobilizado	47
11 Diferido	50
12 Fornecedores.....	50
13 Empréstimos e Financiamentos.....	51
14 Taxas Regulamentares.....	51
15 Tributos e Contribuições Sociais – Longo Prazo	52
16 Patrimônio Líquido	52
17 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio.....	52
18 Fornecimento de Energia Elétrica	52
19 Energia Elétrica Comprada para Revenda:	53

20 Despesas Operacionais.....	53
21 Resultado Financeiro	53
22 Resultado Não Operacional	53
23 Demonstrações Contábeis Segregadas por Atividade.....	54
24 Balanço Social – 2011	57
25 Formatação Básica das Notas Explicativas	64
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	65

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2011, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas da Demonstração do Balanço Social, as quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERES para a sociedade, parceiros, associados e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

Fundada em 30 de agosto de 1968 por um grupo de fazendeiros para levar a energia elétrica a suas propriedades, a CERES tornou-se numa instituição forte e com uma administração ágil. Prestando o serviço de distribuição de energia em sete áreas nos municípios de Resende e Itatiaia e ainda em pequenos trechos dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, levando energia e desenvolvimento às áreas onde atua.

É com o espírito de continuidade desse desenvolvimento que completamos o ano de 2011 liderando um grande processo de mudança na Ceres. Primando por uma administração moderna e transparente, seguindo as normas e regulamentações da Aneel, Agência Nacional de Energia Elétrica. Com isso, estamos defendendo os interesses do consumidor, e os resultados já estão aparecendo.

A aplicação dessas modernas técnicas de administração está fazendo surgir uma nova empresa, compromissada com os consumidores, associados, comunidades e sociedade em geral.

Eduardo Guedes da Silva

Presidente

CENÁRIO

A Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende - CERES é a empresa responsável por parte da distribuição de energia elétrica nos municípios: Itatiaia, Bocaina de Minas, São José do Barreiro, Porto Real, Resende e Barra Mansa há mais de quatro décadas. Foi conferido a esta Permissionária a honra e o dever de acompanhar o desenvolvimento das áreas rurais dos Municípios citados, o que proporciona energia às diversas classes inclusive aos serviços de Iluminação Pública.

A CERES compromete-se a buscar e garantir a melhoria contínua nos resultados da coleta de dados dos indicadores de continuidade individuais e coletivos; promover a eficiência na distribuição de energia elétrica, com capacitação e aperfeiçoamento constante de seus colaboradores em cumprimento à legislação vigente da ANEEL aplicáveis as suas atividades, superando as expectativas dos cooperados/consumidores.

DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

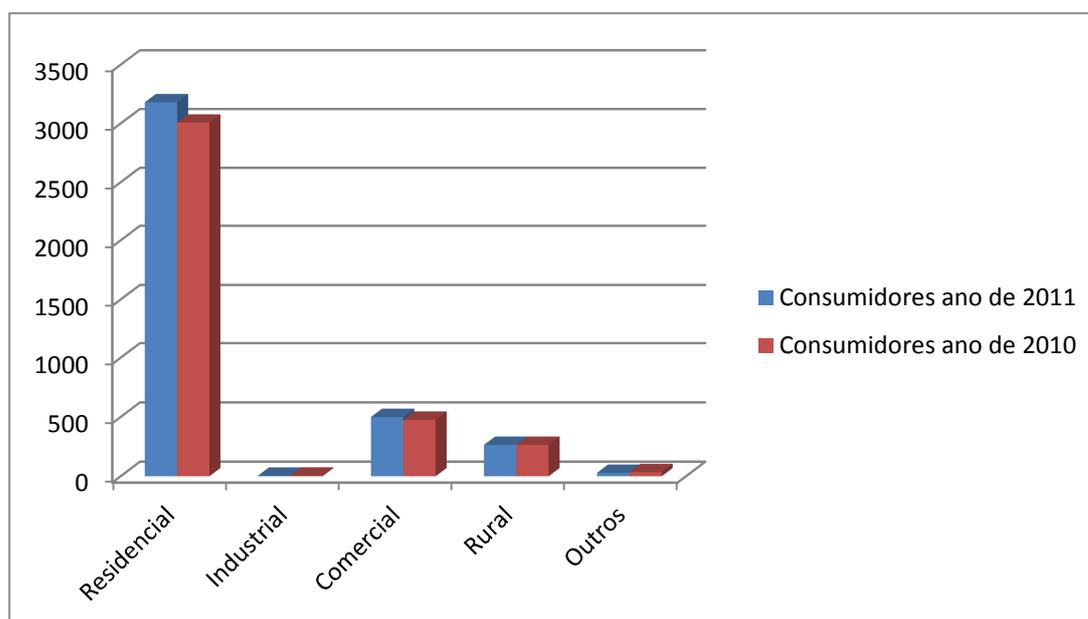
A permissionária distribui energia elétrica em áreas pertencentes a 6 municípios, sendo 4 no estado do Rio de Janeiro, 1 no estado de Minas Gerais e 1 no estado de São Paulo, atendendo 3.980 unidades consumidores.

Ligação de consumidores

Foi observado, conforme quadro a seguir, em dezembro de 2011 um incremento de 4,99% em referência ao mesmo período do ano anterior.

Classe	Número de Consumidores		
	2011	2010	Variação %
Residencial	3181	3008	5,75
Industrial	5	6	-16,67
Comercial	500	477	4,82
Rural	265	265	0,00
Outros	29	35	-17,14
Totais	3980	3791	4,99

Crescimento de Mercado



Comportamento do Mercado

Em análise ao mercado energético de distribuição, aponta-se como bastante atraente no tocante do crescimento do consumo, pois se suporta na perspectiva do crescimento nacional e recuperação definitiva da crise econômica mundial.

Distribuição Direta por Classe de Consumo

O consumo de energia elétrica na área de atuação da permissionária no ano 2011 foi de 14,41 GWh, tendo apresentado crescimento de 7,4% em relação a 2010.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram os de residencial baixa renda, industrial, comercial e rural.

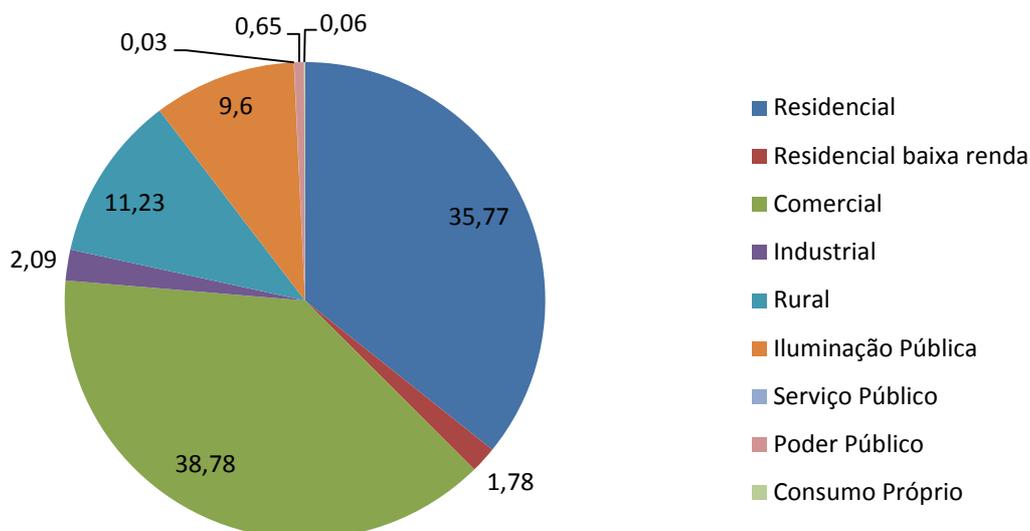
As classes comercial e rural tiveram um incremento de 11,63% e 16,36% respectivamente. A classe industrial obteve decréscimo de mais de 76,83%.

Entretanto o que se ressalta é a variação negativa de mais de 60% da classe residencial baixa renda, que se justifica pela alteração das regras para inclusão dos consumidores na referida classe, o que resultou em inúmeras alterações de classe.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Classe	Mercado em GWh		
	2011	2010	Variação %
Residencial	5,15	4,74	8,02%
Residencial Baixa Renda	0,26	0,41	-60,41%
Industrial	0,30	0,53	-76,83%
Comercial	5,59	4,94	11,63%
Rural	1,62	1,35	16,36%
Poderees Públicos	0,09	0,09	0,37%
Iluminação Pública	1,38	1,26	9,07%
Serviços Públicos	0,00	0,00	5,21%
Consumo Próprio	0,01	0,01	1,44%
Totais	14,41	13,34	7,40%

**VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE TARIFÁRIA EM
GWH - %**



Receita

A receita líquida decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício importou em R\$ 6,458 milhões, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita Líquida em R\$ mil		
	2011	2010	Variação %
RESIDENCIAL	2.777,56	2.481,60	11,93%
INDUSTRIAL	132,97	216,53	-38,59%
COMERCIAL	2.645,16	2.288,66	15,58%
RURAL	497,64	393,35	26,51%
PODER PUBLICO	47,17	44,67	5,60%
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	356,35	332,77	7,09%
SERVIÇOS PÚBLICOS	1,88	1,64	14,63%
Total	6.458,73	5.759,23	12,15

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2011, atingiu R\$ 435,63 mil por GWh.

Classe	Mil R\$ por GWh
	2011
Residencial	513,41
Industrial	374,71
Comercial	449,79
Rural	286,18
Outros	274,83
Tarifa Média	435,63

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2011, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

- Prosseguimento da renovação do parque tecnológico
- Projeto e Aquisição de Link de 10Mbps de Internet
- Adequação e configuração de sistema de PABX, que possibilita a implantação de 0800
- Implantação de diversos dos Softwares integrados

Investimentos

Em 2011, os investimentos da permissionária, importaram em R\$ 235,4 mil, cerca de 13% além do valor relativo ao ano de 2010, conforme a seguir:

Investimento em R\$ mil			
	2011	2010	Variação %
Obras de Distribuição	235,40	206,70	13,88

Atendimento aos Associados

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a permissionária coloca à disposição dos seus associados o serviço de atendimento, instalado em sua Sede, situada à Rua Agulhas Negras, 85, Montese, Resende – RJ, e na Rua do Operário, 267, Penedo, Itatiaia – RJ

Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone, por meio dos números: (24) 3388 3020, 3388 3019 e 3351 2327.

GESTÃO

Administração

Durante o ano de 2011 a permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento Empresarial

O êxito que a permissionária vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela Qualidade Total

Em 2011, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, implantação do manual da qualidade, preparação para certificações de qualidade de gestão.

Recursos Humanos

Em 2011 iniciaram-se estudos para criação de programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da permissionária, com o intuito de melhorar as práticas laborativas e técnicas, desta forma, atuando com melhor qualidade em todos os setores.

Responsabilidade Social

Inserida no contexto cooperativista a permissionária vem ao longo do ano de 2011 reforçando presença nas comunidades por ela atendidas, apoiando as práticas culturais e festividades locais.

PERMISSIONÁRIA EM NÚMEROS

	2011	2010	Varição %
Atendimento			
Número de consumidores	3980	3791	4,99
Número de empregados	48	45	6,67
Número de consumidores por empregado	83	84	(1,19)
Número de postos de atendimento	2	2	-
Mercado			
Área de concessão (Km2)	274	354	(22,60)
Demanda máxima (MW)	2,6	3,6	(27,78)
Distribuição direta (GWh)	14,41	13,34	8,02
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.499,03	1.713,20	(12,50)
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por GWh)	435,63 mil	389,43 mil	11,86
Residencial	513,41 mil	479,45 mil	7,08
Industrial	374,71 mil	385,53 mil	(2,81)
Comercial	449,79 mil	457,14 mil	(1,61)
Rural	286,18 mil	290,02 mil	(1,32)
Suprimento	15,07 mil	104,99 mil	(85,65)
Operacionais			
Linhas de distribuição (Km)	281,12	339,75	(17,26)
Capacidade instalada (MW)	14,82	14,47	2,42
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	6.622,40	5.585,05	18,57
Receita operacional líquida (R\$ mil)	6.056,73	5.151,94	17,56
Sobra / Perda líquida (R\$ mil)	(595,53)	(557,27)	6,87
Patrimônio líquido (R\$ mil)	(239,56)	351,64	(168,13)
Em moeda nacional (%)	100%	100%	-
Salário Médio dos Funcionários	2.276,86	1.670,61	36,29
Energia Comprada por Funcionário em GWh	0,30464	0,29840	2,09
Energia Comprada por Consumidor em GWh	0,00367	0,00354	3,67

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro de colaboradores.

Nosso muito obrigado!

Resende, 31 de março de 2012.

A Administração.

**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO
2011**

Demonstrações Contábeis Regulatórias

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA. – CNPJ: 31.465.487/0001-01

BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO ((VALORES EXPRESSOS EM R\$/MIL)

	Nota de Ajustes	2011			2010		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
ATIVO							
Circulante		4.832,84	0,00	4.832,84	1.894,00	0,00	1.894,00
Consumidores, concessionárias e permissionárias	[1]	4.702,34		4.702,34	1.603,22		1.603,22
Despesas pagas antecipadamente	[2]	4,86		4,86	0,00		0,00
Outros Ativos Circulantes não afetados		125,64		125,64	290,78		290,78
Não circulante		427,05	89,68	337,37	348,82	14,80	334,02
Consumidores, concessionárias e permissionárias	[1]	0,00		0,00	0,00		0,00
Créditos fiscais diferidos	[3]	0,00		0,00	0,00		0,00
Despesas pagas antecipadamente	[2]	0,00		0,00	0,00		0,00
Ativo Financeiro da Concessão		89,68	89,68	0,00	14,80	14,80	0,00
Outros Ativos não Circulantes não afetados		337,37		337,37	334,02		334,02
Investimentos	[4]	0,00		0,00	0,00		0,00
Imobilizado	[5]	598,27	(2.005,24)	2.603,51	2.061,12	(2.198,04)	4.259,16
Em serviço		1.859,38	(2.614,56)	4.473,94	2.224,85	(4.047,34)	6.272,19
(-) Reintegração Acumulada		(2.407,62)	609,32	(3.016,94)	(748,39)	1.849,30	(2.597,69)
Em curso		1.146,51	0,00	1.146,51	584,66	0,00	584,66
Intangíveis	[6]	2.060,66	1.915,56	145,10	2.304,84	2.183,24	121,60
Em serviço		2.060,66	1.915,56	145,10	2.304,84	2.183,24	121,60
Em curso		0,00		0,00	0,00		0,00
TOTAL DO ATIVO		7.918,82	0,00	7.918,82	6.608,78	0,00	6.608,78

Nota de Ajustes

2011

2010

PASSIVO

	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Circulante	1.169,42	0,00	1.169,42	6.037,86	0,00	6.037,86
Passivos Regulatórios	[7] 0,00		0,00	0,00		0,00
Outros passivos circulantes não afetados	1.169,42		1.169,42	6.037,86		6.037,86
Não circulante	6.988,96	0,00	6.988,96	219,28	0,00	219,28
Passivos Regulatórios	0,00		0,00	0,00		0,00
Outros passivos não circulantes não afetados	[7] 6.988,96		6.988,96	219,28		219,28
Patrimônio Líquido	(239,56)	0,00	(239,56)	351,64	0,00	351,64
Capital Social	62,01		62,01	59,41		59,41
Reserva de capital	0,00		0,00	0,00		0,00
Reserva de lucro	293,96		293,96	314,05		314,05
Dividendo adicionado proposto	0,00		0,00	0,00		0,00
Reavaliação Compulsoria Regulatoria	[8] 0,00		0,00	2.230,80		2.230,80
Lucro (prejuízo) acumulado	[9] (595,53)		(595,53)	(2.252,62)		(2.252,62)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	7.918,82	0,00	7.918,82	6.608,78	0,00	6.608,78

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eduardo Guedes da Silva
Presidente

Pedro Paulo Landim de Carvalho
Diretor Secretário

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC/RJ – 094000/O-3

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA. – CNPJ: 31.465.487/0001-01
 DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 VALORES EXPRESSOS EM R\$/MIL

Lin ha	Conta Contábil	R\$ Mil	Nota de Ajustes	2011			2010		
				Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
1		RECEITA OPERACIONAL BRUTA	[10]	6.622,39	0,00	6.622,39	5.585,06	0,00	5.585,06
2	611.0X.1.1.01	Fornecimento de Energia Elétrica		1.969,82		1.969,82	5.527,34		5.527,34
3	611.0X.1.1.02	Suprimento de Energia Eletrica		0,00		0,00	0,00		0,00
4	611.0X.1.1.04	Energia Elétrica de Curto Prazo		0,00		0,00	0,00		0,00
5	611.0X.X.1.03	Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		4.488,91		4.488,91	0,00		0,00
6	611.06	Receita de Atividade Não Vinculada	[11]	0,00		0,00	0,00		0,00
7	611.0X.X.9.XX	Outras Receitas Vinculadas	[12]	163,66		163,66	57,72		57,72
8		DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		(565,67)	0,00	(565,67)	(433,12)	0,00	(433,12)
9		Tributos e Encargos		(28,96)	0,00	(28,96)	(15,95)	0,00	(15,95)
10	611.0X.6.X.21	Federais		(28,96)		(28,96)	(15,95)		(15,95)
11	611.0X.6.X.22	Estaduais e Municipais		0,00		0,00	0,00		0,00
12	611.05.7.1.06/7	Encargos - Parcela "A"		(536,71)	0,00	(536,71)	(417,17)	0,00	(417,17)
14	611.0X.7.X.31	Reserva Global de Reversão - RGR		(128,37)		(128,37)	(134,66)		(134,66)
15	611.0X.7.X.32	Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(38,86)		(38,86)	(25,87)		(25,87)
16	611.0X.7.X.33	Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(139,19)		(139,19)	(117,64)		(117,64)
17	611.0X.7.X.34	Conta de Consumo de Combustíveis- CCC							

			(172,78)		(172,78)	(97,14)		(97,14)
18	611.0X.7.X.35	Programa de Eficiência Energética - PEE	(39,65)		(39,65)	(25,87)		(25,87)
19	611.0X.7.X.39	Outros Encargos (Energia de Reserva e CCC Adicional)	(17,86)		(17,86)	(15,99)		(15,99)
20		RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA.	6.056,72	0,00	6.056,72	5.151,94	0,00	5.151,94
21		CUSTOS NAO GERENCIÁVEIS - Parcela 'A'		[13]				
			(597,56)	0,00	(597,56)	(200,30)	0,00	(200,30)
22	615.0X.1.5.40/1	Energia Elétrica Comprada para Revenda	(508,74)		(508,74)	(112,97)		(112,97)
23	615.0X.1.5.43	Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	(63,06)		(63,06)	(64,60)		(64,60)
24	615.0X.1.5.42	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Distrib.	0,00		0,00	0,00		0,00
25	615.0X.1.9.38	Taxa de Fiscalização	(25,76)		(25,76)	(22,73)		(22,73)
26	615.0X.1.9.37	CFURH	0,00		0,00	0,00		0,00
27		Matéria-Prima/Insumo para Geração de Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	615.0X.X.X.12	Combustíveis	0,00			0,00		
29	615.01.1.1.98	(-) Subvenção - CCC	0,00			0,00		
30		RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIAVEIS	5.459,16	0,00	5.459,16	4.951,64	0,00	4.951,64
31		CUSTOS GERENCIÁVEIS- Parcela "B"						
			(4.128,56)	0,00	(4.113,48)	(5.622,24)	0,00	(5.622,24)
32	615.0X.X.X.01	Pessoal	(2.336,93)		(2.336,93)	(1.881,48)		(1.881,48)
33	615.0X.X.X.02	Administradores	(945,47)		(945,47)	(754,42)		(754,42)
34	615.0X.X.X.21	Serviço de Terceiros	(971,12)		(971,12)	(1.226,15)		(1.226,15)
35	615.0X.X.X.11	Material	(386,53)		(386,53)	(309,46)		(309,46)
36	615.0X.X.X.91	Arrendamentos e Alugueis	(45,86)		(45,86)	(33,14)		(33,14)
37	615.0X.X.X.93	Tributos	(31,04)		(31,04)	(41,98)		(41,98)

38	615.0X.X.X.92	Seguros	0,00	0,00	(4,21)	(4,21)
39	615.0X.X.X.99	Outros	(1.494,29)	(1.494,29)	(373,00)	(373,00)
39 a	615.0X.X.X.98	(-) Recuperação de Despesas	2.567,53	2.567,53	59,40	59,40
39 b	615.0X.X.X.94	Doações, Contribuições e Subvenções	(43,81)	(43,81)	(18,94)	(18,94)
40	615.0X.X.3.95	Provisão Devedores Duvidosos	(7,54)	7,54	(612,53)	(612,53)
41	615.0X.X.X.95	Provisao - Outras	(1,56)	(1,56)	0,00	0,00
42	615.0X.X.X.53	Depreciação	(431,94)	(431,94)	(426,33)	(426,33)
43	615.0X.X.X.55	Amortização	0,00	0,00	0,00	0,00
	615.06	Despesa da Atividade Não Vinculada	0,00	0,00	0,00	0,00
45		RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO	1.330,60	0,00	1.345,68	(670,60) 0,00 (670,60)
46		RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO	0,00		0,00	
47	631 (-)631.06.1.2	Receita Financeira	113,18	113,18	88,92	88,92
48	635 (-) 635.06.1.2	Despesa Financeira	(1.880,63)	(1.880,63)	(96,94)	(96,94)
49	631.06.1.2 + 635.06.1.2	Resultado de Equivalencia Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
50	671/5	Resultado Não Operacional	(173,76)	(173,76)	121,36	121,36
51		LUCRO (PREJUIZO) ANTES IRRJ/CSLL	(610,61)	0,00	(595,53)	(557,26) 0,00 (557,26)
52	710.0X.1.2.02/4	Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00
53	710.0X.1.2.01/3	Contribuição Social	0,00	0,00	0,00	0,00
54	710.0X.2.1/2	Participações e Contribuições à Entidade de Prev. Privada	0,00	0,00	0,00	0,00
55	710.0X.23	Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00
		LUCRO (PREJUIZO)	(610,61)	(595,53)	(557,26)	(557,26)

Da Linha 7 deverão ser excluídas as receitas já contabilizadas na Linha 6.

Das linhas 32 a 43, excluir todos os valores que se refiram às Atividades Não Vinculadas (615.06)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eduardo Guedes da Silva
Presidente

Pedro Paulo Landim de Carvalho
Diretor Secretário

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC/RJ – 094000/O-3

NOTAS CONCILIATORIAS E EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS

1 Consumidores concessionárias e permissionárias

	2.011			2.010		
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Descontos TUST E TUSD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Irrigação e Aquicultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios Baixa Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compen. Financ. Interrup. Fornecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ajustes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

NÃO FORAM EM 2010 E 2011 CONTABILIZADOS REFERENTES AOS ITENS DESTA NOTA DE AJUSTE

2 Despesas pagas antecipadamente

Parcela "A"						
CVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revisão Tarifária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sobrecontratação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subvenção baixa renda - perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Neutralidade dos encargos setoriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças PLPT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros componentes Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

NÃO FORAM EM 2010 E 2011 CONTABILIZADOS REFERENTES AOS ITENS DESTA NOTA DE AJUSTE

3 Créditos fiscais diferidos

	<u>2.011</u>	<u>2.010</u>
IRPJ Diferido	0,00	0,00
CSLL Diferido	0,00	0,00
PIS Diferido	0,00	0,00
COFINS Diferido	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

Não houveram créditos fiscais diferidos nos exercícios de 2010 e 2011.

4 Investimentos

	<u>2.011</u>	<u>2.010</u>
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

Não houveram créditos fiscais diferidos nos exercícios de 2010 e 2011.

5 Imobilizado

	<u>2.011</u>	<u>2.010</u>
Em serviço	4.506,31	6.301,81
Terrenos	197,83	327,24

Reservatório, Barragem e Adutoras	0,00	0,00
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	710,27	931,46
Máquinas e Equipamentos	2.646,75	4.072,60
Veículos	637,34	647,73
Móveis e Utensílios	314,12	322,78
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
(-) Reintegração Acumulada	(3.016,94)	(2.597,70)
Reservatório, Barragem e Adutoras	0,00	0,00
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	(140,23)	(126,61)
Máquinas e Equipamentos	(2.082,62)	(1.850,54)
Veículos	(439,99)	(321,26)
Móveis e Utensílios	(354,10)	(299,29)
Em curso	1.146,51	584,66
Terrenos	0,00	0,00
Reservatório, Barragem e Adutoras	0,00	0,00
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	7,07	9,25
Máquinas e Equipamentos	413,55	30,99
Veículos	242,34	228,21
Móveis e Utensílios	0,00	0,15
A Ratear	0,00	0,00
Estudos e Projetos	0,00	0,00
Transformação, Fabricação e Reparo de		
Materiais	0,00	0,00
Material em Depósito	483,55	316,06
Compras em Andamemo	0,00	0,00
Adiantamento a Fornecedores	0,00	0,00

Depósitos Judiciais	0,00	0,00
Total do Imobilizado	<u>2.635,88</u>	<u>4.288,77</u>
6 Intangível	145,10	121,60
Em serviço	145,10	121,60
Em curso	<u><u> </u></u>	<u><u> </u></u>
	<u>2.780,98</u>	<u>4.410,37</u>
Obrigações Especiais vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	(32,37)	(29,62)
TOTAL DO IMOBILIZADO LÍQUIDO	2.748,61	4.380,75

OS VALORES ACIMA APRESENTADOS ESTAO COM OS SALDOS SEM AS RECLASSIFICAÇÕES DETERMINADAS PELAS INSTRUÇÕES DO CPC

7 Passivos Regulatórios

	2.011			2.010		
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Parcela "A"						
CVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Revisão Tarifária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos TUSD e irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reajuste Tarifário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sobrecontratação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subvenção baixa renda - ganhos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Neutralidade dos encargos setoriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Componentes Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

NOS PERIODOS DE 2010 e 2011 NÃO FORAM LANCADOS VALORES REFERENTES A PASSIVOS REGULATORIOS

8 Reserva de avaliação patrimonial

	<u>2.011</u>	<u>2.010</u>
Ajuste a valor de mercado	0,00	0,00
IR	0,00	0,00
CS	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

EM 2010 e 2011 NÃO FOI FEITO VALORES REFERENTES A RESERVAS DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

9 Lucro (prejuízo) acumulado

	<u>2.011</u>	<u>2.010</u>
Efeito dos ajustes entre Contab. Societ .x Regulat.	0,00	0,00

OBS: NÃO HOUVERAM EFEITOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM FUNÇÃO DOS AJUSTES ENTRE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA E REGULATÓRIA

10 Receita Operacional Bruta	2.011	2.010
Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	2.777,56	2.406,64
Industrial	132,97	200,29
Comercial	2.645,16	2.188,21
Rural	497,64	382,09
Poderes Públicos	47,17	43,75
Iluminação Pública	356,35	304,76
Serviço Público	1,88	1,60
	<u>6.458,72</u>	<u>5.527,34</u>

OBS: TRATA-SE DO FORNECIMENTO FATURADO DE ENERGIA ELÉTRICA NOS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010

11 Receita de Atividade Não Vinculada	2.011	2.010
	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

OBS: NÃO AUFERIMOS RECEITA COM ATIVIDADE NÃO VINCULADA NOS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010

12 Outras Receitas Vinculadas	2.011	2.010
Compartilhamento de infra-estrutura	0,00	0,00
Serviços Taxados	14,14	15,60
Outras Receitas	149,52	42,12
	<u>163,66</u>	<u>57,72</u>

OBS: DURANTE O EXERCÍCIO DE 2011 FOI REGULARIZADO O CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA

12 Custos não gerenciáveis — Parcela "A"

Não houveram efeitos em nosso Resultado, referente aos CPC's em relação aos Custos não Gerenciáveis - Parcela "A"

13 Resultado Extra-Concessão

Não houve Resultado Extra-Concessão apurado em nossa Empresa nos exercícios de 2010 e 2011

Demonstração do Balanço Patrimonial
CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.
CNPJ nº 31.465.487/0001-01
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2011	2010
ATIVO	7.918,82	6.608,78
Circulante	4.832,84	1.894,00
Numerário disponível	30,89	81,70
Aplicações no mercado aberto	94,75	209,08
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1426,36	1109,97
Rendas a receber	0,00	0,00
Devedores diversos	102,16	67,44
Depósitos judiciais	0,00	0,00
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(604,99)	(612,52)
Serviços em curso	58,68	33,62
Conta de resultado a compensar	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00
Tributos a compensar	115,28	114,95
Estoque	244,18	233,92
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Despesas pagas antecipadamente	4,86	0,00
Outros créditos	3360,67	655,84
Ativo Não-Circulante	3.085,98	4.714,78
Realizável a Longo Prazo	427,05	348,82
Coligadas, controladas e controladoras	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00
Tributos a compensar	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Depósitos judiciais	332,18	328,83
Ativo Financeiro	89,68	14,80
Outros créditos	5,19	5,19
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	598,27	2.061,12
Intangível	2060,66	2304,84

Legislação Societária

	2011	2010
PASSIVO	7.918,82	6.608,78
Circulante	1.169,42	6.037,85
Fornecedores	259,92	157,77
Folha de pagamento	83,62	44,83
Encargos de dívidas	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos	2,62	0,00
Taxas regulamentares	44,38	55,06
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Tributos e Contribuições Sociais	138,39	3.743,33
Passivos regulatórios	0,00	0,00
Credores diversos	361,93	1.859,40
Dividendos e juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Obrigações estimadas	172,69	141,21
Provisões para contingências	0,00	0,00
Pesquisa & Desenvolvimento	41,61	16,09
Programa de Eficiência Energética	64,26	20,16
Outras contas a pagar	0,00	0,00
Passivo Não-Circulante	6.988,96	219,28
Passivo Exigível a Longo Prazo	6.988,96	219,28
Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Tributos e Contribuições Sociais	6.151,84	219,28
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Provisões para contingências	0,00	0,00
Outras contas a pagar	837,12	0,00
Patrimônio Líquido	(239,56)	351,65
Capital social	62,01	59,41
Ajuste de avaliação patrimonial	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	2230,81
Reservas de lucros	293,96	314,05
Lucros (prejuízos) acumulados	-595,53	-2252,62
Recursos destinados a aumento de capital	0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eduardo Guedes da Silva
Presidente

Pedro Paulo Landim de Carvalho
Diretor Secretário

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC/RJ – 094000/O-3

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

CNPJ 31.465.487/0001-01

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em R\$/Mil)

	Legislação Societária	
	2011	2010
Receita operacional	6.622,40	5.585,06
Fornecimento de energia elétrica	6.458,73	5.527,34
Suprimento de energia elétrica	0,00	0,00
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	0,00	0,00
Outras receitas operacionais	163,67	57,72
Deduções da receita operacional	-565,67	-433,12
ICMS	0,00	0,00
PIS	-5,14	-2,84
COFINS	-23,82	-13,11
ISSQN	0,00	0,00
Encargo do consumidor (CCC e CDE)	-311,97	-214,78
Encargo do consumidor (PEE, P&D, FNDCT e MME)	-78,51	-51,74
Quota para RGR	-146,23	-150,65
Receita operacional líquida	6.056,73	5.151,94
Custo do serviço de energia elétrica	456,27	-177,70
Custo com energia elétrica	-25,76	-0,13
Energia elétrica comprada para revenda	482,03	-177,57
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	0,00	0,00
Custo de operação	-3.614,13	-3.460,91
Pessoal e administradores (inclui 649,95 de remuneração a administradores)	-2.256,81	-1.769,38
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Material	-254,39	-274,79
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	0,00	0,00
Serviços de terceiros	-646,36	-648,89
Depreciação e amortização	-402,50	-392,67
Provisões (Reversão)	0,00	0,00
Outras	-54,07	-375,18
Custo do serviço prestado a terceiros	-3.157,86	-3.638,61
Lucro operacional bruto	2.898,87	1.513,33

Despesas operacionais	-1.553,18	-2.183,95
Despesas com vendas	7,54	-612,53
Despesas gerais e administrativas	-888,46	-880,60
Outras despesas operacionais	-672,26	-690,82
Resultado do serviço	1.345,69	-670,62
Resultado de participações societárias	0,00	0,00
Receita (despesa) financeira	-1.767,45	-8,02
Renda de aplicações financeiras	113,18	88,92
Variação monetária e acréscimo moratório - energia vendida	0,00	0,00
Variação monetária e acréscimo moratório - energia comprada	0,00	0,00
Encargos de dívidas	0,00	0,00
Variações monetárias vinculadas ao ativo permanente	0,00	0,00
Outros - encargos moratórios	-1.880,63	-96,94
Resultado operacional	-421,76	-678,64
Receita não operacional	86,53	271,38
Despesa não operacional	-260,30	-150,01
(Prejuízo) Lucro antes da Contribuição Social e Imposto de Renda	-595,53	-557,27
Contribuição social	0,00	0,00
Imposto de renda	0,00	0,00
(Prejuízo) Lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	-595,53	-557,27
Reversão dos juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
(Prejuízo) Lucro antes do item extraordinário	-595,53	-557,27
Item extraordinário	0,00	0,00
Participação nos lucros	0,00	0,00
(Prejuízo) Lucro Líquido do exercício / período	-595,53	-557,27
(Prejuízo) Lucro por ação - R\$	-0,2512	-0,2350

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eduardo Guedes da Silva
Presidente

Pedro Paulo Landim de Carvalho
Diretor Secretário

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC/RJ – 094000/O-3

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

CNPJ: 31.465.487/0001-01

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos

em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em R\$/Mil)

	Legislação Societária						Total
	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros	Lucros Prejuízos Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	58,05	0,00	2.230,80	314,05	(31,46)	0,00	2.571,44
Remuneração das Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital Social	1,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,36
Reavaliação de Ativos Próprios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Equalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	(557,27)	0,00	(557,27)
Destinação proposta à A.G.O.	0,00	0,00	0,00	0,00	31,46	0,00	31,46
Ajustes Devedores Períodos Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.743,96)	0,00	(1.743,96)
Ajustes Credores Períodos Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	48,60	0,00	48,60
Reserva Legal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Lucros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre o Capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva para investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2010	59,41	0,00	2.230,80	314,05	(2.252,63)	0,00	351,63
Remuneração das Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital Social	2,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,60
Reavaliação de Ativos Próprios	0,00	0,00	(2.230,80)	0,00	0,00	0,00	(2.230,80)
Incentivos Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Realizações de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Equalização	0,00	0,00	0,00	121,59	0,00	0,00	121,59
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	(595,53)	0,00	(595,53)
Destinação proposta à A.G.O.	0,00	0,00	0,00	0,00	557,27	0,00	557,27
Ajustes Devedores Períodos Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	(48,60)	0,00	(48,60)
Ajustes Credores Períodos Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	1.743,96	0,00	1.743,96
Reserva Legal	0,00	0,00	0,00	(141,68)	0,00	0,00	(141,68)
Reserva de Lucros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre o Capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva para investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2011	62,01	0,00	0,00	293,96	(595,53)	0,00	(239,56)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eduardo Guedes da Silva
Presidente

Pedro Paulo Landim de Carvalho
Diretor Secretário

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC/RJ – 094000/O-3

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

CNPJ nº 31.465.487/0001-01

Demonstração do Balanço Social - 2011 e 2010

(Valores expressos em R\$/Mil)

	2011			2010			
	R\$ mil			R\$ mil			
1 - Base de cálculo							
Receita Líquida (RL)							
Lucro Operacional (LO)							
Folha de Pagamento Bruta (FPB)							
		% sobre				% sobre	
2 - Indicadores sociais internos							
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL	
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	57,04	1,74%	0,94%	65,58	4,35%	1,27%	
Encargos sociais compulsórios	329,26	10,05%	5,44%	350,33	23,25%	6,80%	
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	339,30	10,35%	5,60%	113,94	7,56%	2,21%	
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	38,00	1,16%	0,63%	0,60	0,04%	0,01%	
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Vale-transporte - excedente	55,72	1,70%	0,92%	47,40	3,15%	0,92%	
Outros Benefícios	35,45	1,08%	0,59%	5,60	0,37%	0,11%	
Total	854,76	26,08%	14,11%	583,45	38,73%	11,32%	
			% sobre			% sobre	
3 - Indicadores sociais externos							
	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL	
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Doações e contribuições	1,97	0,07%	0,03%	18,94	1,25%	0,37%	
Total de contribuições para a sociedade	1,97	0,07%	0,03%	18,94	1,25%	0,37%	
Tributos - excluídos encargos sociais	27,31	0,94%	0,45%	41,98	2,77%	0,81%	
Total	29,28	1,01%	0,48%	60,92	4,03%	1,18%	

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

5 - Indicadores do corpo funcional	2011	2010
	em unidades	em unidades
Empregados no final do período	48	45
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	12	12
Ensino médio	30	28
Ensino fundamental	6	5
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	9	9
De 30 até 45 anos (exclusive)	33	31
Acima de 45 anos	6	5
Admissões durante o período	7	15
Mulheres que trabalham na empresa	16	14
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de mulheres	6,25	7,14
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de gerentes	20	20
Negros que trabalham na empresa	11	10
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de negros	9	10
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de gerentes	20	20
Portadores de deficiência física	1	0

Dependentes	69	65
Estagiários	4	4
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7,58	7,6
Maior remuneração	5,38	4,94
Menor remuneração	0,71	0,65
Acidentes de trabalho	2	0

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eduardo Guedes da Silva
Presidente

Pedro Paulo Landim de Carvalho
Diretor Secretário

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC/RJ – 094000/O-3

Demonstração do Valor Adicionado

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

CNPJ no 31.465.487/0001-01

Demonstração do Valor Adicionado Dos Exercícios Findos

em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em R\$/Mil)

	Legislação societária	
	2011	2010
Receitas	6.454,59	5.093,90
Venda de energia e serviços	6.622,39	5585,06
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5,97	(612,52)
Provisão para contingências	0,00	0,00
Resultado não operacional	(173,77)	121,36
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.932,14)	(1.713,17)
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	(63,06)	(64,60)
Material e serviços de terceiros	(1.869,08)	(1648,57)
(=) Valor adicionado bruto	4.522,46	3.380,73
(-) Quotas de reintegração	(431,94)	(426,32)
(=) Valor adicionado líquido	4.090,51	2.954,41
(+) Valor adicionado transferido	(1767,44)	(8,02)
Receitas (Despesas) financeiras	(1767,44)	(8,02)
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	2.323,07	2.946,39
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	2.865,02	2.125,07
Remunerações	2219,59	1686,17
Encargos sociais (exceto INSS)	329,26	238,59
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,04	0,03
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	0,00	0,00
Convênio assistencial e outros benefícios	339,30	240,43

Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	(23,16)	(40,15)
Provisão trabalhista	0,00	0,00
Governo	7,71	1.345,45
INSS (sobre folha de pagamento)	412,25	510,20
ICMS	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social	0,00	0,00
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	(404,54)	835,25
Financiadores	45,86	33,14
Juros e variações cambiais	0,00	0,00
Aluguéis	45,86	33,14
Acionistas	(595,53)	(557,27)
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	(595,53)	(557,27)
Valor adicionado (médio) por empregado	52,80	64,05

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eduardo Guedes da Silva
Presidente

Pedro Paulo Landim de Carvalho
Diretor Secretário

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC/RJ – 094000/O-3

Demonstração do Fluxo de Caixa

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

CNPJ no 31.465.487/0001-01

Demonstração do Fluxo de Caixa Dos Exercícios Findos

em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2011	2010
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	6.253,74	5.973,50
Pagamentos a Fornecedores	(2.822,65)	(2.602,70)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(464,35)	(152,27)
Salários e Encargos Sociais	(1.856,12)	(1.470,40)
Caixa Gerada pelas Operações	1.110,62	1.748,13
Encargos Setoriais	(535,74)	(459,43)
Juros Pagos	0,00	(82,56)
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	(1.097,99)	(892,73)
Tributos Estaduais (ICMS)	(1.919,21)	(25,88)
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	(27,70)	(40,52)
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	(2.470,02)	247,00
Imposto de Renda na Fonte sobre Dividendos Recebidos	0,00	0,00
Indenizações	0,00	0,00
Associações e Convênios	0,00	0,00
Viagens	0,00	0,00
Outras Receitas/Despesas	2.415,11	(49,15)
<i>Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais</i>	<i>(54,91)</i>	<i>197,86</i>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição da Subsidiária Líquido da Caixa Incluída na Aquisição.	0,00	0,00
Compra de Ativo Imobilizado	0,00	0,00
Recebido pela Venda de Imobilizado	0,00	0,00
Juros Recebidos	0,00	0,00
Titulos de Capitalização	0,00	0,00
Ativos regulatorios	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades de Investimentos</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras		
Recebido pela Emissão de Ações de Capital	0,00	0,00
Recebido por Empréstimo a Longo Prazo	0,00	0,00
Devolução de Adiantamentos por Funcionários	0,00	0,00
Devolução (Adiantamento) a Fornecedor	6,19	0,00
Receitas de Aplicações Financeiras	41,23	24,18

Recebimentos de Empréstimos	176,84	0,00
Pagamentos de Empréstimos	(179,22)	0,00
Juros Pagos	(83,23)	0,00
Dividendos Pagos	0,00	0,00
Despesas Bancárias	(70,33)	0,00
Outras Devoluções	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades Financeiras</i>	<i>(108,52)</i>	<i>24,18</i>
Redução Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	(163,44)	222,03
Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período	290,78	68,75
Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	127,34	290,78
Variação pelo Caixa	(163,44)	222,03

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eduardo Guedes da Silva
Presidente

Pedro Paulo Landim de Carvalho
Diretor Secretário

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC/RJ – 094000/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em R\$/Mil)

1 Contexto Operacional

A permissionária é uma sociedade cooperativa, de capital fechado, constituída na forma da Lei nº 5.764/71, controlada pelos associados, com o objetivo principal a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica a associados e público indistinto, em qualquer de suas formas, regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

2 Das Permissões

A cooperativa possui permissão, garantida pelo Contrato de Permissão n.º 10/2008-ANEEL, para distribuição de energia elétrica em áreas pertencentes a 7 municípios, sendo 5 no estado do Rio de Janeiro, 1 no estado de Minas Gerais e 1 no estado de São Paulo, atendendo 3.791 unidades consumidores.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Embora a CERES seja uma sociedade cooperativa, regida pela Lei 5.764/71, atendendo as determinações do Órgão Regulador, as demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Empresa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2009 (balanço de abertura) para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Depachos: 4.722/2009, 4.097/2010 e 4.991/2011.

4 Principais Práticas Contábeis

. Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Demonstrados pelos valores a receber faturados e não faturados, estes por estimativa, do fornecimento de energia elétrica até o encerramento do exercício, com base no regime de competência.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em valor julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos valores a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais e equipamentos em estoques, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlado pelo custo médio.

. Investimentos

A CERES não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL 367/2009, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIÇÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Destaca-se que a implementação das determinações da Resolução ANEEL 367/2009, em substituição às instruções da Portaria DNAEE 815/94 terá a migração e adequação dos dados no encerramento contábil do exercício de 2012.

. Imposto de renda diferido

A CERES não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2011 ou anterior.

. Plano de complementação de aposentadoria e pensão.

A CERES não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

. Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas, custos e as receitas de operações com terceiros, foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

. Outros direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes, são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço.

. Estrutura das demonstrações contábeis

Com referencia às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que, neste exercício de 2011, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão/Permissão. Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório. Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, a partir deste exercício, deverão, também, serem auditados pelo mesmo Auditor Independente das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010 e 4.991/2011 publicamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias constituídas das peças o BPR - Balanço Patrimonial Regulatório, composto dos quadros do Ativo Regulatório, Passivo Regulatório e DRER - Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório e o BP - Balanço Patrimonial Societário, já com a aplicação dos conceitos internacionais.

5 Aplicações no Mercado Aberto, Títulos e Valores Mobiliários

A Permissionária possui o montante de R\$ 94,75 (R\$/mil) em Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados, desdobrados conforme demonstramos a seguir:

LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2011	2010
Banco Bradesco	Aplicação CDB	28/08/2013	CDI	90,11	209,08
Banco Bradesco	PU 24/001-D	02/02/2013	TR	4,64	0,00
TOTAL				94,75	209,08

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2011 e 2010, estão assim elencados, a seguir:

	Legislação Societária	
	2011	2010
Consumidores		
Faturados	6.221,10	5.821,10
Não faturados	0,00	0,00
Sub Total	6.221,10	5.821,10
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Total	6.221,10	5.821,10

Composição das Contas a Receber

Consumidor	Vincenda	Vencido até 90 dias	Vencido a mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores Duvidosos	Saldo
RESIDENCIAL	229,87	56,10	44,76	330,73	43,58	287,15
INDUSTRIAL	8,53	3,66	2,88	15,07	0,00	15,07
COMERCIAL	238,07	44,29	14,70	297,06	12,92	284,14
RURAL	44,00	3,85	1,47	49,32	0,98	48,34
PODERES PUBLICOS	4,26	7,47	7,52	19,25	5,62	13,63
ILUMINACAO PUBLICA	30,58	86,54	485,43	602,55	541,70	60,85
SERVIÇOS PÚBLICO	0,13	0,49	0,36	0,98	0,18	0,80
Outros	3,43	1,36	1,52	6,31	-	6,31

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;

2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:

- a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

7 Conta de Resultado a Compensar CRC

A CERES não possui valores na Conta de Resultado a Compensar – CRC.

8 Outros Créditos

Com referência a Outros Créditos, (Curto e Longo Prazo), os valores de 2011 e 2010 estão assim distribuídos:

	Legislação Societária	
	2011	2010
Contrato de mútuo	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Empréstimos compulsórios	0,00	0,00
PASEP a compensar	0,00	0,00
Caução do contrato da STN	0,00	0,00
Outros créditos a receber	3.365,86	572,03
Total	3.365,86	572,03

9 Investimentos

A CERES não possui nenhum Investimento que não seja direcionado ao seu próprio Ativo Imobilizado, integrante do Serviço Público de Energia Elétrica.

10 Imobilizado

	Legislação societária				
	2011	2010			
Em serviço	1.891,75	2.254,47			
Em curso	1.146,51	584,66			
Sub Total	3.038,26	2.839,13			
Obrig.especiais vinc.à conc.do serv.público de energia elétrica	(32,37)	(29,62)			
Sub Total	(32,37)	(29,62)			
Total	3.005,89	2.809,51			
				Legislação societária	
				2011	2010
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração					
Custo histórico		0,00	0,00	0,00	0,00
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00
Transmissão					
Custo histórico		0,00	0,00	0,00	0,00
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuição					
Custo histórico	7,04%	686,88	(452,78)	234,10	679,47
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização					
Custo histórico	2,05%	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00
Administração					
Custo histórico	10,45%	1349,97	(482,78)	867,19	918,59
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativ. não vinc.à conces.do Sev.Públ.de E. Elétrica					
Custo histórico		0,00	0,00	0,00	0,00
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00
		2.036,85	(935,56)	1.101,29	1.598,06
Em curso					
Geração		0,00	0,00	0,00	0,00
Transmissão		0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuição		1146,51	0,00	1146,51	584,66
Comercialização		0,00	0,00	0,00	0,00
Administração		0,00	0,00	0,00	0,00
Atividades não vinc. à concessão do Serv. Públ. de Energia Elétrica		0,00	0,00	0,00	0,00
		1146,51	0,00	1146,51	584,66
Total		3.183,36	(935,56)	2.247,80	2.182,72

Nos anos de 2010 e 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do serviço público de distribuição de energia elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

- Ativo intangível

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão do serviço público.

- Ativo Financeiro

Reclassificado para o ativo financeiro os valores referentes ao imobilizado residual que estão além do prazo final da concessão do serviço público.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 44/1999 atualizada pela Resolução ANEEL nº 240/2006, são as seguintes:

Distribuição	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Banco de Capacitores	6,7%
Chave de Distribuição	6,7%
Condutor do Sistema de Distribuição	5,0%
Estrutura (Poste, Torre) do Sistema de Distribuição	5,0%
Religador	4,3%
Transformador de Distribuição	5,0%
Medidor	4,0%
Veículo	20,0%

Comercialização	Taxas Anuais de Depreciação (%)
	00,0%

Administração Central	Taxas Anuais de Depreciação (%)
------------------------------	--

Edificações – Outras	4,0%
Equipamento Geral	10,0%
Veículos	20,0%

De acordo com os Artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Não houve neste exercício Imobilização de juros e variações monetárias, já que, não obtivemos empréstimos e financiamentos destinados ao Ativo Imobilizado em Serviço.

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A partir de 1º de janeiro de 1996, estas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação.

Por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, foi instituída a subconta 223.0x.x.x.x5 – Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – Participações e Doações – Reintegração Acumulada – AIS, cuja função é o registro da reintegração de bens constituídos com recursos oriundos de Participações e Doações (Obrigações Especiais), com a finalidade de anular o seu efeito no resultado contábil. Conforme Ofício Circular SFF/ANEEL nº 1.314, de 27 de junho de 2007, somente as empresas que já passaram pelo segundo ciclo de revisão tarifária procederão ao cálculo e registro dessa reintegração sobre o valor total das Obrigações Especiais, independente da sua data de formação.

Com a edição da Resolução ANEEL 396/2010, as instruções para a anulação do efeito da Depreciação das Obrigações Especiais foram determinadas pelo método de aplicação do mesmo percentual médio da cota de depreciação, naquele mês, na Atividade em que está registrada a Obrigação.

A Resolução ANEEL no 223 de 29/04/2003 e a Resolução Normativa da ANEEL no 250 de 13/02/2007, que estabeleceram as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, e, visaram o atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 de Lei no 10.438 de 26/06/2002, fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tais fatores já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores nos exercícios apresentados.

Apesar da Agencia Reguladora (ANEEL) ter recepcionado a aplicação do CPC 27 pelo Despacho no 4.722/2009, corroboramos com o entendimento da mesma no que tange a não aplicação de uma referencia feita no ICPC 10, no sentido que "O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro." Tal fato se dá que, é competência do Agente Regulador definir a vida útil e a depreciação dos bens do Agente. Desta forma, não há necessidade de avaliação periódica, uma vez que o Órgão Regulador, além de determinar estudos de vida útil dos bens vinculados em cada Agente, promove ações coordenadas de avaliação a cada 4 anos no Processo de Revisão Tarifária Periódica.

A partir do 1º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, prevemos um considerável aumento de valores registrados no Grupo "Obrigações Especiais", em função da determinação Regulatória de que, a partir desse marco do 1º Ciclo, o faturamento do valor de Ultrapassagem da Demanda Contratada, bem como, o faturamento da Energia Reativa ocasionada pela extrapolação do mínimo fator de potência requerido, sejam contabilizados no Grupo de Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica - Subgrupo - Imobilizado em Curso. Esse procedimento será utilizado até o final do 1º Ciclo, quando o mesmo deverá ser transferido para o Grupo de Imobilizado em Serviço e iniciar sua Depreciação.

11 Diferido

A CERES não possui nenhum valor registrado em seu Ativo Diferido nos Exercícios de 2010 e 2011.

12 Fornecedores

	2011	2010
Suprimento de Energia	47,68	0,38
Materiais e Serviços	212,24	157,39
Totais	259,92	157,77

13 Empréstimos e Financiamentos

	Legislação Societária				
	Longo				
	Circulante		Prazo	Total	
	Principal	Encargos	Principal	2011	2010
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

14 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2011 e 2010.

	Legislação Societária	
	2011	2010
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	10,56	11,37
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	16,47	8,46
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC 0,30%	3,12	16,20
Taxa de Fiscalização – ANEEL	2,19	1,95
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	12,05	11,36
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	64,26	20,16
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	38,49	13,87
Ministério de Minas e Energia - MME	1,04	0,74
Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico - FNDCT	2,08	1,48
Total	150,26	85,59

15 Tributos e Contribuições Sociais – Longo Prazo

	2011	2010
Parcelamento Especial INSS	219,28	219,28
ICMS	5.343,56	0,00
INSS	589,00	0,00
Totais	6.151,84	219,28

16 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2011 representa R\$ 62,01 (R\$/mil), composto por 20.249 quotas.

Reservas de Lucros

Não houve destinações no exercício por motivo de apresentação de Perda.

17 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício não foram computados dividendos nem juros sobre o capital próprio que financiou obras em andamentos inclusive no imobilizado em curso.

18 Fornecimento de Energia Elétrica

Classe	Número de Consumidores		Mercado em GWh		Legislação Societária	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Residencial	3.181	3.008	5,41	5,15	2.777,56	2.481,60
Industrial	5	6	0,30	0,53	132,97	216,53
Comercial	500	477	5,59	4,94	2.645,16	2.288,66
Rural	265	265	1,62	1,35	497,64	393,35
Outros	29	35	1,48	1,36	405,40	379
Totais	3.980	3.791	14,40	13.342,92	6.458,73	5.759,22

19 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Legislação Societária	
	2011	2010	2011	2010
Suprimento - AMPLA	14.622	14.447	597,56	200,30
Proinfa	449	112	63,06	64,60
Totais	15.071	13.540	660,62	264,90

20 Despesas Operacionais

	2011	2010
REMUNERAÇÕES	2219,59	933,62
ENCARGOS SOCIAIS	741,51	350,32
BENEFÍCIOS	339,33	232,56
CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO	0,00	0,62
RESCISÕES	0,00	38,16
IMPOSTOS	0,00	9,21
PROVISÕES	0,00	350,02
UNIFORMES	0,00	6,48
TRANSF. ORDENS EM CURSO	(23,16)	(40,15)
Totais	3.277,28	1.506,51

21 Resultado Financeiro

	2011	2010
Dispêndios Financeiros	1.880,63	(96,94)
Ingressos Financeiros	113,18	88,92
Totais	(1.767,44)	(8,02)

22 Resultado Não Operacional

	2011	2010
Receita não operacional	86,53	271,38
Despesa não operacional	(260,30)	(150,00)
Totais	(173,76)	121,36

23 Demonstrações Contábeis Segregadas por Atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos as demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2011, das Unidades de Negócio: Geração, Transmissão, Distribuição, Comercialização, Atividades não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e o Consolidado.

Demonstração do Resultado	Legislação societária					
	Em 31 de dezembro de 2011					
	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
Receita operacional			163,67	6.458,73		6.622,40
Fornecimento de energia elétrica				6.458,73		6.458,73
Suprimento de energia elétrica						
Disponibilização do sistema de trans. e distribuição						
Outras receitas operacionais			163,67	0,00		163,67
Deduções da receita operacional			(371,84)	(193,83)		(565,67)
ICMS						
PIS				(5,14)		(5,14)
COFINS				(23,82)		(23,82)
ISS						
Encargo do Consumidor (CCC e CDE)			(311,97)			(311,97)
Encargo do cons.(PEE, P&D, FNDCT e MME)			(20,91)	(57,60)		(78,51)
Quota para RGR			(38,95)	(107,28)		(146,23)
Receita operacional líquida			(208,17)	6.264,90		6.056,73
Custo do serviço de energia elétrica			(6,86)	463,13		456,27
Custo com energia elétrica			(6,86)	(18,90)		(25,76)
Energia elétrica comprada para revenda				482,03		482,03
Encargo do uso do sistema de transmissão e distribuição						
Custo de operação			(3.614,13)			(3.614,13)
Pessoal e administradores (inclui 115,62 de remuneração a administradores)			(2.256,81)			(2.256,81)
Entidade de previdência privada						
Material			(254,39)			(254,39)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica						
Serviços de terceiros			(646,36)			(646,36)
Depreciação e amortização			(402,50)			(402,50)
Provisões (Reversão)						
Outras			(54,07)			(54,07)
Custo do serviço prestado a terceiros			(3.620,99)	463,13		(3.157,86)
Lucro operacional bruto			(3.829,16)	6.728,03		2.898,87
Despesas operacionais				(1.553,18)		(1.553,18)
Despesas com vendas				7,54		7,54

Despesas gerais e administrativas			(888,46)	(888,46)
Outras despesas operacionais			(672,26)	(672,26)
Resultado do serviço			(3.829,16)	5.174,85
Resultado de participações societárias				
Receita (despesa) financeira			(470,82)	(1.296,63)
Renda de aplicações financeiras			30,15	83,03
Variação monetária e acréscimo moratório –				
Variação monetária e acréscimo moratório - energia comprada				
Encargos de dívidas				
Variações monetárias vinculadas ao ativo permanente				
Outras			(500,97)	(1.379,66)
Resultado operacional			(4.299,98)	3.878,22
Receita não operacional			23,05	63,48
Despesas não operacional			(69,34)	(190,96)
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda			(4.346,27)	3.750,74
Contribuição social				
Imposto de renda				
Lucro líquido (prejuízo) antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio			(4.346,27)	3.750,74
Reversão dos juros sobre o capital próprio				
Lucro (prejuízo) antes do item extraordinário			(4.346,27)	3.750,74
Item extraordinário				
Participação nos lucros				
Sobras antes das Destinações Estatutárias			(4.346,27)	3.750,74
Destinações Estatutárias			(651,94)	562,61
FATES - 5%			(217,31)	187,54
Fundo de Reserva - 10%			(434,63)	375,07
Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período				
Sobras a disposição da AGO			(3.694,33)	3.188,13

Legislação societária

Balço Patrimonial	Em 31 de dezembro de 2011					
	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
ATIVO			2.109,45	5.809,37		7.918,82
Circulante			1.287,39	3.545,45		4.832,84
Numerário disponível			8,23	22,66		30,89
Aplicações no merc. aberto			25,24	69,51		94,75
Consumidores, concessionárias e permissionárias			379,96	1.046,40		1.426,36
Rendas a receber						0,00
Devedores diversos			27,21	74,95		102,16
Depósitos judiciais						0,00
Prov. p/ créditos de liquidação duvidosa			(161,16)	(443,83)		-604,99
Serviços em curso			15,63	43,05		58,68
Conta de resultado a compensar						0,00
Títulos e valores mobiliários						0,00

Tributos a compensar		30,71	84,57	115,28
Estoque		65,05	179,13	244,18
Imposto de renda e contrib.social diferidos				0,00
Despesas pagas antecipadamente		1,29	3,57	4,86
Outros créditos		895,23	2.465,44	3.360,67
Ativo Não-Circulante		822,06	2.263,92	3.085,98
Realizável a Longo Prazo		113,76	313,29	427,05
Coligadas, controladas e controladoras				
Títulos e valores mobiliários				
Tributos a compensar				
Imposto de renda e contrib.social diferidos				
Depósitos judiciais		88,49	243,69	332,18
Ativos Financeiros da Permissão		23,89	65,79	89,68
Outros créditos		1,38	3,81	5,19
Investimentos				
Imobilizado		159,37	438,90	598,27
Intangível		548,93	1.511,73	2.060,66

Balço Patrimonial	Legislação societária					
	Em 31 de dezembro de 2011					
	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
PASSIVO			2.109,45	5.809,37		7.918,82
Circulante			311,51	857,91		1.169,42
Fornecedores			69,24	190,68		259,92
Folha de pagamento			22,28	61,34		83,62
Encargos de dívidas						
Emprést. e financiamentos			0,70	1,92		2,62
Taxas regulamentares			11,82	32,56		44,38
Entidade de previdência privada						
Tributos e Contribuições Sociais			36,86	101,53		138,39
Passivo regulatório						
Credores diversos			96,41	265,52		361,93
Dividendos juros s/ capital próprio						
Obrigações estimadas			46,00	126,69		172,69
Prov. para contingências						
Pesquisa& Desenvolvimento			11,08	30,53		41,61
Programa de Eficiência Energética			17,12	47,14		64,26
Outras contas a pagar						
Passivo Não-Circulante			1.861,75	5.127,21		6.988,96
Passivo Exigível a Longo Prozo			1.861,75	5.127,21		6.988,96
Empréstimos e financiamentos						
Entidade de previdência privada						
Tributos e contribuições sociais			1.638,75	4.513,09		6.151,84
Imposto de renda e contrib.social diferidos						

Provisões para contingências			
Outras contas a pagar	223,00	614,12	837,12
Patrimônio Líquido	(63,81)	(175,75)	(239,56)
Capital social	16,52	45,49	62,01
Ajuste de avaliação patrimonial			
Reservas de capital			
Reservas de lucros	78,31	215,65	293,96
Lucros (prejuízos) acumulados	(158,64)	(436,89)	(595,53)
Recursos destinados a aumento de capital			

24 Balanço Social – 2011

A CERES define a Responsabilidade Social como algo muito mais importante do que apenas gestos filantrópicos que visam meras considerações de marketing ou de relações públicas.

A permissionária vem desenvolvendo um conjunto de políticas, programas e práticas, ultrapassando as exigências éticas e legais compromissadas com o respeito contínuo ao meio ambiente, bem como com o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde atua e da sociedade como um todo.

Portanto cabe sempre uma atitude proativa de estender a mão aos mais necessitados, ajudando a reduzir as desigualdades sociais. Tendo a solidariedade como um valor que rege toda a atuação da permissionária, sem desconsiderar suas metas.

Estendendo a todos os benefícios da eletricidade

Ao longo dos últimos anos a permissionária se empenhou em um programa de eletrificação rural e urbana, para universalizar os benefícios da energia elétrica na sua área de concessão.

Programa de Eficiência Energética - Conforme dispõe a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, as Empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica devem aplicar um percentual mínimo da receita operacional líquida em Programas de Eficiência Energética – PEE, segundo regulamentos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O objetivo desses programas é demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica e de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia. Para isso, busca-

se maximizar os benefícios públicos da energia economizada e da demanda evitada no âmbito desses programas. Busca-se, enfim, a transformação do mercado de energia elétrica, estimulando o desenvolvimento de novas tecnologias e a criação de hábitos racionais de uso da energia elétrica.

O Manual dos Programas de Eficiência Energética – MPEE – é um guia determinativo de procedimentos dirigido às Empresas, para elaboração e execução de projetos de eficiência energética regulados pela ANEEL.

Definem-se no MPEE a estrutura e a forma de apresentação dos projetos, os critérios de avaliação e de fiscalização e o tipo de projetos que podem ser realizados com recursos do PEE. Apresentam-se, também, os procedimentos para contabilização dos custos e apropriação dos investimentos realizados.

Em programa específico para o ano de 2011 a permissionária promoveu a efficientização da iluminação existente no segmento residencial com baixo poder aquisitivo, através da doação de lâmpadas fluorescentes (compactas – LFC e tubulares). O projeto também tem como objetivo aliar à conscientização dos consumidores ao uso correto e seguro da energia elétrica, buscando a redução no consumo global de energia elétrica residencial e a demanda no horário de ponta do sistema.

Os consumidores estão localizados nos estados do São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, onde estão localizadas as cooperativas participantes do projeto. Este projeto é do tipo cooperado, onde a cooperativa CETRIL é a proponente e as demais são Cooperadas, sendo estas: CEDRAP, CERIM, CERNHE, CEDRI, CERIPA, CERMC, CERPRO, CERRP, CERIS, CERAL-DIS E CERES.

No estado de São Paulo, os municípios beneficiados estão descritos abaixo:

Ibiúna, o qual é suprido na área rural pela CETRIL (Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região), localizada em Ibiúna.

Paraibuna, Santa Branca e Jambeiro, os qual são supridos na área rural pela CEDRAP (Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba), localizada em Paraibuna.

Mairinque, São Roque, Itu, Cabreúva, Araçariguama e Alumínio, os qual são supridos na área rural pela CERIM (Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Itu Mairinque), localizada em Mairinque.

Borborema e Novo Horizonte, os quais são supridos na área rural pela CERNHE (Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte), localizada em Novo Horizonte.

Itariri, Pedro de Toledo, Peruíbe, Itanhaem, os quais são supridos na área rural pela CEDRI (Cooperativa de Eletrificação e Distribuição da Região de Itariri), localizada em Itariri.

Avaré, Taquarituba, Paranapanema e Itaí, os quais são supridos na área rural pela CERIPA (Cooperativa de Eletrificação Rural de Itaí-Paranapanema-Avaré), localizada em Itaí.

Mogi das Cruzes, o qual é suprido na área rural pela CERMC (Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Mogi das Cruzes), localizada em Mogi das Cruzes.

Promissão, o qual é suprido na área rural pela CERPRO (Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão), localizada em Promissão.

São José do Rio Preto, o qual é suprido na área rural pela CERRP (Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto), localizada em São José do Rio Preto.

Itapecerica da Serra, o qual é suprido na área rural pela CERIS (Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra), localizada em Itapecerica da Serra.

No estado do Paraná, são os municípios de São José da Boa Vista e Arapoti, os quais são supridos na área rural pela CERAL-DIS (Cooperativa de Eletrificação Rural de Arapoti), localizada em Arapoti.

A CERES (Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende), supri parcialmente os municípios de Itatiaia, Bocaina de Minas, São José do Barreiro, Resende e Barra Mansa, os quais são supridos na área rural.

O projeto cooperado objetiva minimizar os custos com a aquisição dos materiais e equipamentos, e conseqüentemente maximizar a aquisição destes, e assim beneficiar um maior número de consumidores. Portanto, a redução no consumo global da energia elétrica residencial e a demanda no horário de ponta do sistema são maximizadas, contemplando um aceitável RCB (Relação Custo/Benefício).

Programa de Pesquisa & Desenvolvimento - Em conformidade com a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, o art. 12 da Lei no 10.848,

de 15 de março de 2004, e o art. 1º da Lei no 11.465, de 28 de março de 2007, as concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

O Manual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica estabelece as diretrizes e orientações para a elaboração de projetos de P&D regulados pela ANEEL. Os projetos de P&D deverão estar pautados pela busca de inovações para fazer frente aos desafios tecnológicos e de mercado das empresas de energia elétrica. A pesquisa empresarial no setor de energia elétrica deverá ter metas e resultados previstos bem definidos, porque é diferente da pesquisa acadêmica pura, que se caracteriza pela liberdade de investigação.

A ANEEL é responsável pela avaliação e fiscalização da execução dos projetos para reconhecimento dos investimentos realizados. A atividade de fiscalização poderá ser delegada às agências estaduais de regulação, de acordo com termos definidos em contratos ou convênios de cooperação.

Neste projeto de pesquisa, propõe-se um novo e original esquema híbrido para localização de faltas em Sistemas Elétricos de Distribuição Urbanos e Rurais (SEDUR). A formulação matemática a ser desenvolvida e posteriormente construída numericamente será determinística. Os objetivos do projeto são:

- Refinamento do estudo de efeitos quantitativos e qualitativos nas metodologias clássicas de localização de faltas em SEDUR;
- Desenvolvimento de formulação determinística de localização de faltas para SEDUR;
- Desenvolvimento de um novo software de localização de faltas para SEDUR;
- Instalação dos equipamentos desenvolvidos em vários sistemas pilotos; e
- Avaliação comparativa de novo software de localização de faltas com outras metodologias existentes.

Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou, em 27 de julho de 2011, a Resolução Normativa nº 407, que estabelece as condições de aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) para as unidades consumidoras classificadas na Subclasse Residencial Baixa Renda, conforme determina a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2011.

Atualmente para ter acesso ao desconto na conta de luz, é necessário que a família atenda a um dos seguintes critérios:

- Família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), e com renda mensal de até $\frac{1}{2}$ Salário mínimo por pessoa e que possua NIS; ou
- Usuários do Benefício de Prestação Continuada (BPC): Idoso a partir de 65 anos ou portadores de necessidades especiais amparados por Lei e com renda familiar de até $\frac{1}{4}$ do Salário mínimo por pessoa com Número de Identificação do Trabalhador (NIT) / Número do Benefício (NB); ou
- Família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com portadores de doenças que fazem uso continuado de aparelhos elétricos para preservação da vida com renda familiar de até 3(três) Salários Mínimos, que tenham NIS e obrigatoriamente comprovar o uso continuado de equipamentos; ou
- Índios com Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) e NIS, e Quilombolas com NIS. O desconto é progressivo, diferenciado conforme a faixa de consumo, variando de 10% á 65% até o limite de 220kw/h.

Rede compacta ou linha verde - Rede compacta ou linha verde é o sistema de rede de distribuição protegida desenvolvido para substituir a rede convencional em áreas mais arborizadas. O sistema é composto por cabos cobertos por uma camada plástica. Com a compactação da rede, a necessidade e a frequência de poda de árvores em torno dos condutores são substancialmente reduzidas. A permissionária conta, atualmente, com 10 km de rede compacta.

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

CNPJ no 31.465.487/0001-01

Demonstração do Balanço Social - 2011 e 2010

(Valores expressos em R\$/Mil)

	2011			2010		
	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)				6.056,73		-
Lucro Operacional (LO)				2.898,87		-
Folha de Pagamento Bruta (FPB)				3.277,28		-
2 - Indicadores sociais internos						
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	57,04	1,74%	0,94%	65,58	2,00%	1,08%
Encargos sociais compulsórios	329,26	10,05%	5,44%	350,33	10,69%	5,78%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	339,30	10,35%	5,60%	113,94	3,48%	1,88%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	38,00	1,16%	0,63%	0,60	0,02%	0,01%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	55,72	1,70%	0,92%	47,40	1,45%	0,78%
Outros Benefícios	35,45	1,08%	0,59%	5,60	0,17%	0,09%
Total	854,76	26,08%	14,11%	583,45	17,80%	9,63%
3 - Indicadores sociais externos						
	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	1,97	0,07%	0,03%	18,94	0,65%	0,31%
Total de contribuições para a sociedade	1,97	0,07%	0,03%	18,94	0,65%	0,31%
Tributos - excluídos encargos sociais	27,31	0,94%	0,45%	41,98	1,45%	0,69%
Total	29,28	1,01%	0,48%	60,92	2,10%	1,01%

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

5 - Indicadores do corpo funcional	2011	2010
	em unidades	em unidades
Empregados no final do período	48	45
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	12	12
Ensino médio	30	28
Ensino fundamental	6	5
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	9	9
De 30 até 45 anos (exclusive)	33	31
Acima de 45 anos	6	5
Admissões durante o período	7	15
Mulheres que trabalham na empresa	16	14
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	6,25	7,14
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	20	20
Negros que trabalham na empresa	11	10
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	9	10
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	20	20
Portadores de deficiência física	1	0

Dependentes	69	65
Estagiários	4	4
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7,58	7,6
Maior remuneração	5,38	4,94
Menor remuneração	0,71	0,65
Acidentes de trabalho	2	0

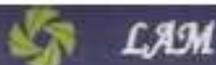
25 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 (duas) casas decimais.

Eduardo Guedes da Silva
Presidente

Pedro Paulo Landim de Carvalho
Diretor Secretário

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC/RJ – 094000/O-3



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao
Conselho de Administração e Cooperados da
**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA –
“CERES”**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – “CERES”**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Bases para opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis

A cooperativa está em andamento com a implantação da Resolução ANEEL 367, que deverá ser concluído em 2012, conforme documento de prorrogação autorizada pela ANEEL. Portanto não dispõe de controles analíticos, conciliados com a contabilidade, para os bens do ativo imobilizado. Como consequência, os valores registrados no balanço são controlados por saldo de grupo de contas e as depreciações (reintegrações) são calculadas aplicando-se índices sobre os bens.

Os ajustes na contabilidade advindos de levantamentos nos registros contábeis e inventários físicos de bens, bem como a apuração da depreciação (reintegração) acumulada, não são passíveis de mensuração no momento.

Conseqüentemente, não podemos concluir, e não concluímos, sobre os saldos acumulados do imobilizado e depreciações (reintegrações) acumuladas e reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Os controles analíticos do capital social registrado no balanço da cooperativa não estão atualizados, como consequência o valor de R\$ 62.012,00, não foi passível de confirmação. Os ajustes na contabilidade, advindos de levantamentos nos registros paralelos do capital social e conciliações com a contabilidade, não são passíveis de mensuração no momento.

Conseqüentemente, não podemos concluir, e não concluímos, sobre o saldo do capital social e reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descrito no parágrafo Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis essas Demonstrações contábeis, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – “CERES”** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e do fluxo de caixa, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pelo órgão regulador - ANEEL, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis da **“CERES”** em 31 de dezembro de 2010, não foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 02 de março de 2011.





LAM

Campinas, 29 de março de 2012.



AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP023984/O-9 OCB 622/07


GUILHERME PEREIRA MENDES
Contador CRC 1SP 146031/O-5 "S" RJ